



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO, RJ, 17 DE MARÇO DE 1995

Senhor Governador do Estado, o amigo Marcello Alencar; Senhora Célia Alencar; Senhor Ministro Francisco Weffort; Ministro dos Esportes, meu amigo Pelé; Ministro Paulo Renato; Gilberto Gil, que tem dado uma colaboração inestimável à reanimação da área educacional; Secretário Roberto Muylaert; Doutor Ximenes, Presidente desta Casa tão generosa e rica; Senhoras; Senhores; Ruth; Nosso decano da educação, meu companheiro João Calmon, que nos honra com a sua presença aqui; Tantos artistas que têm ajudado na difusão da questão educacional; Tantos empresários; Não quero citar todos, porque faria injustiças, mas eu não gostaria de deixar de mencionar o Renato Aragão, que tem sido sempre um batalhador pelas causas da criança e, agora, da educação; a Angélica, a Hortência, a Viviane Senna, os empresários que aqui estão, os dirigentes de empresas de comunicação, os Presidentes de Federações de Indústrias do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro; enfim, tanta gente.

Nós, hoje, acabamos de assistir – eu só pude assistir fragmentariamente – a algumas apresentações sobre o que já está sendo feito no Brasil para chamar a atenção para a questão educacional.

O meu amigo Betinho, que já me deu conselhos, quando eu vinha para cá, sobre o que dizer e o que não dizer, mostrou aqui a importância da Ação da Cidadania nesta recuperação da crença do Brasil na nossa capacidade de mudar as coisas.

Assisti, também, da Fundação Roberto Marinho, da Fundação Odebrecht, a esforços na mesma direção. Tenho certeza de que os outros que fizeram as apresentações fizeram-nas também de maneira muito adequada, muito apropriada e chamaram a atenção para um problema que nós conhecemos.

E eu me recordava... Até folheava no avião, quando vinha para cá, um velho livro de uma pessoa que me foi muito querida e que foi um dos inspiradores da renovação educacional do Brasil, o Anísio Teixeira, cujos trabalhos estão sendo relançados.

Eu não gostaria de, neste encerramento de seminário, deixar de mencionar pelo menos dois dos educadores que marcaram no Brasil pela sua sensibilidade e pela sua coragem. Um foi Fernando de Azevedo, que foi meu professor e foi Diretor da Instrução Pública no Rio de Janeiro ainda no final dos anos 20. Foi nosso professor. Não sei se o Weffort foi aluno dele; eu fui. E o outro foi o Anísio Teixeira, que fundou um centro de estudos pedagógicos. Eu participei disso, há muitos anos.

Esses dois homens não disseram coisas muito diferentes do que nós ouvimos hoje aqui. O Anísio, pela formação dele, foi um dos raros – àquela época – intelectuais de relevo que tinham formação feita nos Estados Unidos e que era discípulo de John Dewey. Então, ele tinha uma visão que se opunha à visão tradicional no Brasil. A visão tradicional no Brasil era aristocratizante. Coitado do Brasil, nunca conseguiu ter aristocracia, a não ser a importada de Portugal. Mas, enfim, tinha-se mania dessas coisas um pouco elitistas. E havia a visão de que tínhamos que ter cursos de excelência, que tínhamos que ter uma formação muito adequada para aqueles grupos que tocam o país para a frente, e uma educação basicamente orientada pelos valores humanísticos, que são fundamentais, sem dúvida nenhuma, mas que opunham, de forma muito direta, a compreensão racional do mundo a esses valores abstratos da prática cotidiana.

E o Anísio, pela formação do pragmatismo *deweyano*, tinha uma outra visão. Ele achava que era necessário não haver essa separação entre a prática e a teoria, e que a educação moderna tinha que romper a concepção tradicional de uma educação baseada no pensamento formal e abstrato.

Ele tem alguns ensaios admiráveis. Um deles chama-se “Educação não é Privilégio”. Se tiverem o privilégio de ler esse ensaio, vão ver que ele diz mais ou menos o que se está dizendo hoje aqui: que é preciso dar atenção à educação de base.

Fernando de Azevedo, a mesma coisa, a paixão pela educação fundamental. Nos anos 50, nós fizemos uma campanha em defesa da escola pública. Eu participei dessa campanha. Fizemos vários manifestos pela educação brasileira. E a idéia fundamental era sempre a mesma: é preciso dar acesso à escola; é preciso que haja a oportunidade do ensino para todos, que a escola seja gratuita para que as pessoas possam ter acesso a ela – a massa da população não tem como pagar –, que nessa escola o aluno tem que aprender alguma coisa que não seja somente um conceito abstrato, mas que faça uma ligação entre os conceitos e a prática cotidiana e a capacidade de transformar, até manualmente, as coisas, rompendo a diferenciação entre um saber meramente espiritual, intelectual e um saber pelo tato, pela mão, pela vida, pela transformação na enxada.

Bem, essas lições são válidas. Hoje, ao assistirmos aqui a esses chamamentos à sociedade, estamos vendo que, na essência, os problemas são os mesmos. Então, cabe a nós enfrentá-los – “nós”, eu digo, Presidente da República, Governo, Ministro da Educação, Secretários de Educação, Governadores –, mas a nós, também, sociedade, os empresários, os artistas, os intelectuais, o povo, os sindicatos, que deviam ter uma visão um pouco mais ampla, em vez de só fazerem gritaria de palavras sem sentido.

E é preciso ver a realidade como ela é. É preciso jogar para mudá-la, e não simplesmente conclamar sem ter o caminho. Nós temos que construir o caminho. Esse caminho governo algum vai construir sozinho. Esse caminho só se constrói se houver uma convergência e se

formos capazes de, nessa convergência, discernir o que é principal e o que é secundário.

Nessa etapa, nessa campanha lançada pelo Ministério da Educação, o apoio da sociedade, dos setores publicitários, daqueles que têm uma visão mais generosa e, ao mesmo tempo, mais consistente do desafio do povo brasileiro, esse apoio tem que significar essa convergência. Tem que significar também que não basta levantar as expectativas: temos que dar condições de que elas sejam preenchidas.

Nós vivemos em uma sociedade em que há a comunicação instantânea. Todo mundo sabe tudo num instante, tempo real. Há aqueles que precisam, que necessitam, que demandam também, e demandam logo, e não temos como dar a contrapartida, embora estejamos de acordo. E os meios? Como fazer? Essa é a nossa responsabilidade maior, é a do Governo, que tem que organizar, tem que fazer com que haja compreensão de qual é o rumo; de ter um caminho de seriedade. Mas, além disso, nós precisamos da sociedade. Não vamos enfrentar os desafios sozinhos. E, numa sociedade como a nossa, de massas, como eu disse, em que tudo funciona em tempo real, em que as motivações se elevam imediatamente, ela não vai poder se mobilizar sem a mídia, sem a imprensa, sem a televisão, sem o rádio, sem os jornalistas – eles estão aqui e eu agradeço-lhes a presença também. Sem essa convergência, o Governo é impotente. O Governo, numa sociedade moderna, de massas, ou transmite confiança e cria os caminhos para a convergência, ou ele simplesmente cria um formalismo – formalismo que acaba sendo ridículo, se a ele não se seguir uma ação.

Então, esta é uma reunião fundamental do Governo para a sociedade e para as conseqüências que nós possamos tirar dela em termos de fazer com que não só se alargue a consciência dos problemas educacionais, mas se criem as condições para resolvê-los. E, vamos falar claramente, há escolas em relação às quais se diz “Há vagas”, “Há evasão”, “Há repetência”, “Há professor mal treinado”, “Há professor mal pago”, “Há desperdício”. São muitos os problemas, e nós vamos ter que enfrentá-los conjuntamente, nós todos, sociedade, Governo e os usuários do sistema educacional, os pais dos estudantes.

Talvez o Presidente da República não devesse mencionar certas questões que aumentam a demanda, mas o professor primário não pode continuar ganhando como ele ganha: é muito pouco. Nós temos que criar condições para que ele ganhe melhor, e o Presidente seria irresponsável se dissesse “Aumentem”, até porque quem paga o professor primário não é a União, é o município, é o estado. O estado e o município vão dizer: “Aumentar como, se eu não tenho recursos?” Então, nós temos que criar condições para ter recursos. Leva tempo, mas é preciso que o País sinta que a direção é essa, que o caminho é esse, que nós estamos criando condições para resolver esse problema.

Educação não se faz só com bons salários, eu digo sempre. Ainda ontem, conversando com o Vicentinho da CUT, alguém mencionou – sempre mencionam essas coisas – que fui Professor na Sorbonne. Nunca fui. Digo sempre: nunca dei aula na Sorbonne. Sorbonne é um prédio da Universidade de Paris. Dei aula em outros. “Bem, mas lá na Sorbonne o salário é alto.” Ilusão. É bom, igualzinho ao da Universidade de São Paulo. Dei aula lá. Devo ter dado aula pelo mundo afora também, dei aula nos Estados Unidos. Não é por aí. A área universitária é para aqueles que estão no tope. Mas a questão não é o tope. Quem está no tope, no tope do mundo, se internacionaliza e equaliza o salário. E a base? A base é o professor primário. Esse não se pode dizer que seja bem pago, porque está mal pago. Não basta o salário, tem que ter mais: tem que ter a formação.

Nisso o Governo pode ajudar. Se o Governo Federal, neste momento, não tem condições de incitar os governos estaduais a aumentarem os salários – porque, sei lá, cada história tem uma situação diferente –, temos que sanear as finanças para poder, depois, dar condições melhores. O Governo Federal tem, sim, condições de ajudar na formação – nós vimos aqui exemplos –, e me apraz dizer que ainda este ano, até o fim do ano, nós deveremos ter o sistema de TV Educativa, do Ministério da Educação, com satélite, com ajuda do Ministério das Comunicações e da Secretaria Nacional de Comunicações, com a capacidade de ter um sistema 24 horas dedicado à educação, tempo integral para formar professor. Mas nós vimos, aqui, num dos vídeos, que não basta ter

o vídeo, tem que ter o professor num posto de plantão, lá, tem que ter um instrutor. É um sistema complexo, precisa de dinheiro, precisa-se de apoio mais amplo para fazer isso. E aí nós vamos precisar da sociedade, vamos precisar que as empresas assumam as responsabilidades – as estatais, as privadas – de adotar algumas escolas, algumas comunidades mais pobres, mais carentes, até como exemplo, porque se muda, pelo exemplo, uma sociedade complexa como a nossa.

Se o Governo tiver a ilusão de que ele vai determinar, em cada momento, cada passo que vai ser dado, esse Governo se perde numa tecnocracia soberba e sem eficácia. Não, não é assim. Vamos fazer aqui, ali, apoiarmos uns aos outros onde for possível, mas temos que dar o exemplo, temos que mostrar que é possível mudar, que, havendo essa cooperação, se muda. Não se mudou o lixão? Muda-se, muda-se a sociedade, não é isso? Então, este esforço o Governo Federal vai fazer: de ajudar a criar, ampliar – porque já está sendo feito – um sistema de TV Educativa pra treinar melhor os professores.

Não vou entrar em detalhes, mas temos que racionalizar os gastos para multiplicar o pouco dinheiro disponível – que não é tão pouco assim, pois o gasto social do Governo brasileiro é absolutamente comparável com o gasto social de outros países do mesmo porte ou até de porte maior de desenvolvimento. O que ele é, muitas vezes, é desperdiçado. Temos que racionalizar esses gastos. Temos que criar sistemas de avaliação, por mais que gritem; temos que criar sistemas de avaliação porque quem está pagando isso é o povo. Se o povo está pagando, o Governo tem a obrigação de saber se o desempenho é bom, tem a obrigação de ver qual é o desempenho das escolas.

Pode ser polêmico, mas quem muda a sociedade sem polêmica? Ou alguém imagina que se muda sem briga, sem luta, sem pontos de vista que se contrapõem, sem ter coragem e energia, não temendo o bicho-papão, como eu digo. Pois que gritem. Se estivermos errados, nós mudaremos, não podemos ser soberbos nós também. Corrige-se o rumo. Mas é preciso enfrentar os obstáculos, é preciso enfrentar os interesses constituídos, os privilégios que estão organizados e que muitas vezes são privilégios de minoria que, quando fala, fala em nome do povo.

Pobre povo! Pobre povo! Imagina se eu tivesse ouvido a gritaria daqueles que falam pelo povo na hora de fazer o Plano Real: estaríamos com a inflação galopando até hoje.

Eu me opus àqueles que não entenderam que havia que tomar medidas duras porque as medidas duras eram necessárias para garantir a melhoria de vida efetiva do povo. E não houve maior distribuição de renda no Brasil do que a havida agora com o Plano Real: entre doze e quinze bilhões de dólares foram parar nas mãos dos mais pobres. Para isso foi preciso brigar, foi preciso dizer “não”, muitas vezes “não”. Às vezes dizem que eu não gosto de dizer “não”. Não gosto mesmo, quem é que gosta? Só quem é sádico. Mas, quando é necessário, tem que dizer “não”. Esse “não” pode ser dito com muita tranqüilidade ou gritando, dá no mesmo, dá no mesmo. Quando é necessário gritar, grita; se for possível evitar o grito, se evita o grito. Mas é preciso ter uma disposição muito forte de mudar, de quebrar privilégios. Ou nós vamos deixar que os nossos alunos entrem em escolas mal qualificadas, paguem alto preço para estudar e depois tenham um diploma que é vazio, porque não aprenderam nada? Nós vamos ter que qualificar as escolas. Vão gritar, é lógico que vão gritar. Os donos das escolas vão gritar, eventualmente reitores mal informados vão gritar. E aí vão dizer: “Não, não, não, isso é ditatorial.” Ditatorial é usar a boa-fé do povo, cobrar caro e não ensinar nada! Isso é ditatorial. Ditatorial é ficar vivendo com os salários bons, fingindo que são baixos, e não dar à aula a dedicação necessária.

E aí vem outro complemento do que é a mudança na educação. É a reorganização, é um melhor salário, é a atenção de todos, mas é também uma chama interior. Ninguém faz nada em cultura se não tiver um demônio ou um deus apertando o seu coração e irrigando o seu cérebro. Se não tiver paixão, se não tiver realmente vontade de mudar as coisas, não muda. Pode ser numa sala de aula simples: se tiver vontade, se estiver motivado e se acreditar, muda.

Não se precisa de muita coisa para ter resultados eficientes nas áreas culturais e nas áreas de criação. Até na área científica. A mim me impressionou sempre, muito, Cambridge. Comparada com outras universidades que eu conheço, até aqui, olha: modesta. Mas, vai ver o

que sai dos laboratórios, vai ver o que sai dos livros que lá se escrevem... E sem muita pompa.

Aqui, temos instituições até respeitáveis do ponto de vista físico. Algumas o são também do ponto de vista cultural. E não sou nenhuma pessoa que imagine que basta restringir que as benesses vêm. Não, não é assim, não. Se houver condições de conforto, é melhor, mas elas não podem ser colocadas como pré-condição para a gente avançar. A pré-condição para avançar é ter a consciência muito forte do drama que está desenhado em tudo que se demonstrou esta manhã aqui. E é saber também que o próximo milênio vai requerer muito mais capacitação e treinamento do que nós já imaginamos; e que não adianta o Brasil se fechar e se imaginar com índices dos grupos de excelência. É bom que tenhamos grupos de excelência. Mas, se a base, se a média não subir, esses grupos de excelência vão aterrizar longe do Brasil, porque não haverá aqui aeroporto suficiente para dar sustentação aos Boeings que nós estaremos formando culturalmente.

O problema é da média. E, para melhorar essa média, nós temos que melhorar lá embaixo: é o professor primário, é a escola primária, é a criança pobre, são os bolsões de miséria. Isso tudo pesa multiplicado, quando se vai tirar a média, porque essa média não é fria e nem aritmética: essa média é o desengano, o desespero que dá quando, em qualquer momento, se projeta o conjunto da educação do Brasil, em que, a despeito dos números muito bons, de professores muito bons e de universidades muito competentes, nós temos, sempre, um quadro desolador.

Esse quadro desolador é que é o nosso desafio para o próximo milênio. E é para isso que eu os concito. É para isso que tenho andado aí, com o Ministro Paulo Renato, em escola primária no interior da Bahia, no interior de Minas, do Paraná, estou hoje aqui, no Rio de Janeiro. E é para dizer: “Olha, ou vamos juntos ou não vamos ter, no próximo milênio, capacidade efetiva de ser uma nação em condições de atender aos reclamos dos seus filhos, no momento em que esses filhos já sabem o que é possível fazer, já desejam, já estão mordidos pela esperança. E não vão nos perdoar se nós não formos capazes de abrir um caminho.”

Eu vim aqui só para dizer que esse caminho tem que ser aberto em conjunto, sem demagogia e sem pensar no meu governo, no meu partido, no meu não-sei-quê. Não é isso. Isso é muito pequenininho. Nós não vamos fazer nada disso em quatro anos; quatro anos desaparecem rápido. Mas o fato de eu não poder ver essa obra educacional colher frutos em quatro anos não pode tomar de mim e nem de nós a energia para fazê-la como se ela fosse para ser, amanhã, uma obra imediatamente visível. Não será, vai levar tempo. Outros colherão os frutos. Mas não colherão nada se nós não plantarmos já, e é isso que nós estamos fazendo.

Eu agradeço a vocês. Agradeço com muito empenho a presença de tantas pessoas ilustres do Brasil, aqui, empresários que têm marcado a sua vida pública, não só a sua vida privada, por uma atenção constante às questões da saúde, da educação; professores que aqui estão, jornalistas, homens de televisão, artistas, educadores, administradores.

Tenho certeza de que, se nós persistirmos, se não desanimarmos – como não desanimaremos –, se juntarmos as forças, as esperanças que estamos hoje levantando com essa campanha, elas vão servir efetivamente para algo mais do que apenas – o que seria inaceitável – propaganda. Não se trata disso: trata-se de motivar para mudar as coisas. Eu farei o possível e o impossível, enquanto for Presidente, e depois de ser Presidente, como cidadão, como sempre fiz na minha vida, para continuar mudando as coisas, doa a quem doer.

Muito obrigado.